



# Comissão de Assuntos Econômicos

**1º Semestre de 2024**

# Contexto

A Comissão de Assuntos Econômicos do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CAE/CDESS) tem por objetivo contribuir com políticas relativas ao desenvolvimento, ao ambiente de negócios e à atração de investimentos, à modernização da estrutura produtiva e ao aumento da competitividade brasileira.

A Comissão foi instalada em 1º de julho de 2023, em reunião no Ministério da Fazenda, com a presença de secretários da pasta e do ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Na ocasião, a reforma tributária foi amplamente debatida, juntamente com outros temas que vêm sendo priorizados pela Comissão.

Ao longo de 2023, foram realizadas mais de quinze reuniões em que foram definidos os eixos temáticos da CAE: Desenvolvimento Econômico, Modernização da Estrutura Produtiva, Atração de Investimentos e Ambiente de Negócios, e Aumento da Competitividade Brasileira. Nessas reuniões, foram discutidos temas como reforma tributária, educação financeira, combate à sonegação e conformidade técnica e fiscal, além de isonomia no comércio transfronteiriço, conhecido como *cross-border*.

Na segunda reunião plenária do CDESS, realizada em dezembro de 2023, a CAE/CDESS apresentou ao presidente da República as seguintes recomendações:

- **Incluir o 14º campo obrigatório no código de barras dos produtos que compõem o Cadastro Nacional de Produtos para indicar a autodeclaração das normas técnicas atendidas pelo produto;**
- **Fortalecer a Estratégia Nacional de Educação Financeira por meio da colaboração entre programas institucionais e interministeriais para educação financeira da população;**
- **Criar núcleos de educação financeira e apoio aos superendividados nas universidades públicas com recursos do Fundo de Direitos Difusos;**
- **Buscar isonomia tributária entre as empresas locais e empresas de outros países, por meio da cobrança de impostos devidos dos produtos importados;**
- **Desenvolver mecanismos para aumentar a fiscalização da conformidade técnica das importações brasileiras, incluindo a responsabilização das plataformas de comércio, da cadeia produtiva e a exigência de cumprimento das normas aplicáveis de acordo com o produto;**
- **Elaborar ações de comunicação institucional direcionadas à sociedade para compreensão da necessidade das medidas e dos impactos do cenário atual no País.**

Posteriormente, essas recomendações foram direcionadas aos ministérios setoriais<sup>1</sup> e à Casa Civil, com o objetivo de definir a metodologia de acompanhamento das realizações de governo e o acesso aos subsídios necessários à qualificação dos trabalhos do CDESS.

<sup>1</sup> As recomendações foram encaminhadas aos ministérios por meio do Ofício Circular nº 2/2024/CDESS/SRI/PR, de 12/3/2024.

# Atividades da Comissão

Em 2024, com a reestruturação do funcionamento das Comissões Temáticas (CTs) e dos Grupos de Trabalho (GTs), as reuniões gerais da CAE passaram a ser mensais. Os Grupos de Trabalho de Transição Energética e de Crédito e Investimento, ambos instalados em 2023, foram vinculados à Comissão: o primeiro para monitoramento e o segundo para conclusão. Até junho de 2024, a CAE/CDESS realizou quatro reuniões gerais.

## Planejamento das Atividades da CAE para 2024

**Na primeira reunião, realizada em 6 de março, além dos informes da Secretaria-Executiva do CDESS (SE/CDESS) sobre a nova forma de funcionamento das CTs e dos GTs, foram retomadas as discussões acerca dos seguintes temas:**

- 1. Micro e pequena empresa;**
- 2. Combate à pirataria, ao crime organizado e a qualquer tipo de ilegalidade econômica;**
- 3. Oportunidades de pautas decorrentes da Presidência do Brasil no G20;**
- 4. Educação financeira;**
- 5. Relacionamento CAE/CDESS com o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPEs) e com o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF)<sup>2</sup> ;**
- 6. Adensamento do Plano Nova Indústria Brasil.**

Acerca do FBEF, cabe destacar a indicação das Conselheiras Dirlene Silva e Nath Finanças da CAE, respectivamente como representantes titular e suplente do CDESS no Fórum. Abaixo, seguem os principais encaminhamentos da primeira reunião:

- Encaminhar ao FBEF os nomes dos representantes do CDESS.
- Articular a participação dos conselheiros com interesse no tema de ilegalidades e concorrência desleal, bem como das associações que compõem o Conselho Nacional de Enfrentamento às Ilegalidades Concorrenciais, no lançamento do Pacto Brasil Pela Integridade Empresarial, uma iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU).
- Abrir um canal de diálogo com o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPEs) e com o Ministério do Empreendedorismo para discutir temas relacionados às micro e pequenas empresas.

<sup>2</sup> O FBEF é um órgão colegiado de articulação, instituído pelo Decreto nº 10.393, de 2020, com a responsabilidade de operacionalizar a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Seu propósito é promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal em todo o País. Atualmente, órgão é presidido pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

- Agendar reunião com Ministério da Fazenda – tema tributação dos mais ricos – G20.
- Agendar reunião com Ministério do Empreendedorismo para apresentar as recomendações do CDESS relacionadas ao tema micro e pequena empresa.

## Reuniões Técnicas

A Secretaria-Executiva do CDESS (SE/CDESS) realizou diversas reuniões técnicas com órgãos do Governo, objetivando se aproximar desses órgãos, e identificar intersecções com a agenda da CAE/CDESS. Dessas agendas, destacam-se encontros com técnicos do BC da área de educação financeira, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), em que foi apresentado o Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas<sup>3</sup>, e da Secretaria de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento - SMA/MPO.

## Proposta de Taxação dos Super-Ricos (Anexo I)

Na reunião da CAE de 3 de abril, com a participação de 94 conselheiros e convidados, o secretário da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), Guilherme Mello, apresentou a proposta de tributação dos bilionários no âmbito do G20.

Na apresentação, Guilherme abordou os avanços e limites na estrutura tributária internacional, a necessidade de utilizar a tributação como ferramenta para combater a desigualdade, os conceitos-chave no debate para a progressividade da tributação internacional e a proposta do economista Gabriel Zucman de tributação sobre grandes riquezas.

Os Conselheiros da CAE fizeram várias considerações sobre a proposta de taxaço dos super-ricos, abordando temas como reforma tributária, conceito de riqueza, desigualdade, pobreza, tributação sobre consumo e riqueza, falhas de mercado, tributação de pessoa física versus pessoa jurídica, tributação dos gastos militares, tributação sobre herança, tributação da folha salarial e regime tributário diferenciado para a economia social e solidária (cooperativas).

Como resultado dessa discussão, a CAE aprovou, por unanimidade dos presentes, na reunião de 8 de maio, uma moção de apoio à proposta brasileira de taxaço dos bilionários no G20 (Anexo I). A moção foi redigida por seis coordenadores da CAE/CDESS e pela SE/CDESS, com o objetivo de impulsionar a medida. Vale ressaltar que a proposta, tem como referência o projeto do economista francês Gabriel Zucman, que propõe taxar, em 2%, os bilionários que possuem patrimônio de 1 bilhão de dólares. No mundo, há 3 mil pessoas nessa situação, enquanto no Brasil são 70 pessoas.

A moção foi entregue ao ministro da Economia Fernando Haddad, no Simpósio de Tributação Internacional do G20, pelo conselheiro coordenador da CAE, Prof. Carlos Luque.

<sup>3</sup> Projeto conjunto do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), subordinado à Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) responsável pela concessão de diversos direitos de propriedade intelectual no Brasil, tais como marcas, indicações geográficas, patentes, desenhos industriais e programas de computador.

## **Ações de Educação Financeira Desenvolvidas pelo Banco Central**

Após contato da SE/CDESS, a equipe da Divisão de Educação Financeira (EF) do Banco Central (BC) apresentou na CAE as ações de educação financeira desenvolvidas pela Autarquia, bem como o andamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho Parceria Global para Inclusão Financeira (GPFI) do G20.

Na apresentação, o BC destacou dados, resultados e desafios da educação financeira no Brasil, além da principal ação de EF da Instituição, o Programa Aprender Valor, que é realizado com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (FDD/MJSP)<sup>4</sup>, em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).

Enfatizou-se ainda que o maior desafio para a continuidade das ações desenvolvidas pelo Banco é financeiro. Especificamente em relação ao Programa Aprender Valor, que não poderá mais contar com os recursos do FDD/MJSP a partir de junho de 2024, foi destacada a necessidade de novo apoio financeiro para a continuidade do Programa.

Diante desse desafio e a partir de sugestões dos Conselheiros da CAE, a SE/CDESS vem envidando esforços para encontrar alternativas de apoio ao Programa.

## **Avaliação de Políticas Públicas do Governo Federal**

Além disso, como resultado de reuniões entre a SE/CDESS e a Secretaria de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento (SMA/MP), os Conselheiros da CAE, e do CDESS como um todo, tiveram a oportunidade de conhecer a estrutura e o processo de avaliação de políticas públicas do Governo federal. Destacaram-se o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), a ferramenta de avaliação universal e padronizada em desenvolvimento pela SMA e os aprimoramentos recentes implementados pela Secretaria, como a padronização das avaliações, a criação do instrumento da avaliação executiva, uma maior aproximação com os gestores da política e a modificação dos critérios de avaliação (agenda prioritária do Governo). O CMAP, que já avaliou cerca de 60 políticas públicas, realiza dois tipos de avaliação: ex-ante, sob demanda dos órgãos setoriais, e ex-post, avaliando políticas vigentes. Adicionalmente, a SE/CDESS está discutindo com a SMA alternativas para inclusão da dimensão da desigualdade na avaliação de políticas públicas.

## **Frente Parlamentar da Indústria Naval**

No contexto de aproximação entre o CDESS e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), a Frente Parlamentar apresentou, em 4 de junho, as oportunidades e desafios do setor naval, visando sensibilizar os conselheiros e prepará-los para o debate de um Plano Industrial Naval, que deve ser liderado pelo MDIC no segundo semestre de 2024.

<sup>4</sup> O Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, tem por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

# Eventos

## Realizados pelo CDESS

### Movimento pela Integridade Empresarial

#### **Desenvolvimento Econômico - Sonegação, conformidade técnica e fiscal**

Realizado em 23 de maio, em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o evento surgiu da demanda de discutir o tema da integridade no CDESS. Isso se deu tendo em vista sua composição e estrutura, concebida como um local privilegiado de discussão entre diferentes atores, tanto do setor produtivo quanto da sociedade civil e do governo. O tema da integridade está intimamente relacionado com o eixo da CAE que debate conformidade técnica, combate à pirataria e ao crime organizado.

Nesse sentido, o CDESS promoveu a mesa de debate "Um mercado mais íntegro: promoção da conformidade técnica, combate à pirataria e ao crime organizado", que contou com a presença dos conselheiros Emerson Kapaz, Rodrigo Navarro e Juliana Marra, além do secretário nacional de Justiça, Jean Uema, e do presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, Edson Vismona. A mesa foi moderada pelo diretor adjunto do Departamento Jurídico da FIESP, Marcio Cammarosano. Na ocasião, a CGU também apresentou o Pacto Brasil Pela Integridade Empresarial, uma iniciativa que estimula empresas atuantes no país a assumir, voluntariamente, compromissos públicos com a integridade empresarial.

## Participação do CDESS

### I Foro Internacional Antifraude

#### **Desenvolvimento Econômico - Sonegação, conformidade técnica e fiscal**

Realizado nos dias 20 e 21 de março no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília, o evento reuniu empresas, profissionais, especialistas, autoridades e formuladores de políticas públicas para pensar soluções efetivas contra as ações de fraudadores em diferentes setores.

O CDESS participou do evento como debatedor da sala "Fraudes em Comércio Eletrônico, Combate à Pirataria de Marcas e Segurança Cibernética", que contou com o apoio do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).

# 11ª edição da Semana Nacional de Educação

## Financeira

### Desenvolvimento Econômico - Educação Financeira

A Semana ENEF é um evento anual de abrangência nacional, realizado desde 2014, com foco na promoção de ações e iniciativas gratuitas que colaboram para a disseminação e o aumento da educação financeira para jovens e adultos. Neste ano, devido às fortes chuvas que assolam o estado do Rio Grande do Sul e da situação de calamidade pública reconhecida pelo Governo Federal, o tema da semana foi alterado para Proteção Financeira e Solidariedade aos Irmãos do Rio Grande do Sul.

As Conselheiras Dirlene Silva e Naty Finanças foram convidadas para participar do evento como representantes do CDESS. No entanto, a conselheira Dirlene não pôde comparecer devido à situação no Rio Grande do Sul. A conselheira é gaúcha e mora em Porto Alegre.

## Grupos de Trabalho relacionados

### Transição Energética

Na CAE, os membros do GT Transição Energética têm discutido com mais frequência os temas Sustainable Aviation Fuel (SAF) e do Mercado de Carbono, pauta que está praticamente parada após a aprovação do Projeto de Lei - PL 2148/15, que cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), pela Câmara, em dezembro de 2023.

### Eventos

No contexto da aprovação do PL 2148/15 e a partir da iniciativa do Grupo de Trabalho Transição Energética, o CDESS realizou, entre os dias 21 e 22 de fevereiro, o 1º Seminário Internacional "O Mercado de Certificados de Captura e Emissão de Gases de Efeito Estufa" no auditório da Presidência da República. O evento, realizado em parceria com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) e o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), reuniu autoridades e especialistas para debater estratégias de mitigação das mudanças climáticas e promover uma transição ecológica nacional.

O objetivo foi analisar a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões e ampliar o debate público, fornecendo insumos ao governo sobre possíveis mudanças a serem introduzidas na Política Nacional de Mudanças Climáticas.

### Crédito e Investimento

O GT Crédito e Investimento foi instalado em 2023 com o objetivo geral de propor melhorias nas políticas públicas e aumentar a escala na distribuição de crédito, especialmente para pessoas físicas e jurídicas (micro, pequena e média empresa) que necessitam de capital produtivo (crédito).

Nas reuniões realizadas em 2023, o grupo mapeou os seguintes desafios acerca do tema: (i) baixa relação de crédito/PIB no Brasil; (ii) concentração do crédito nas empresas de grande porte da região Sudeste (SP, RJ, MG) e empresas com mais histórico; (iii) e alto custo do crédito.

O mapeamento teve como ponto de partida o diagnóstico sobre as dificuldades de acesso de pequenas e microempresas ao crédito.

Ainda em 2023, o Grupo avaliou as seguintes propostas: (i) Plano de Acesso e Incentivos de Crédito a PMEs; (ii) novas formas de financiamento habitacional; (iii) novos modelos de financiamento de infraestrutura, transição energética, inovação e reindustrialização; (iv) consignado privado; e (v) empréstimo do bom pagador.

## Anexo I

### Moção de apoio à proposta de taxaço de bilionários no âmbito do G20

**Vivemos um tempo de urgências.** Mais do que nunca, o trabalho para reduzir as desigualdades sociais e o enfrentamento das questões climáticas se impõe, não só para o planeta como um todo, mas para nosso país em particular. Tendo isso em vista, os conselheiros da Comissão de Assuntos Econômicos do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) receberam, com otimismo e simpatia, a iniciativa do Ministério da Fazenda de abrir espaço nas discussões econômicas do G20 para a apresentação de uma proposta de tributação dos bilionários.

**Idealizada pelo economista Gabriel Zucman** e apresentada a esta comissão pelo Secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, a proposta criaria um novo tributo anual sobre a renda, equivalente a 2% do estoque de riqueza de indivíduos com patrimônio superior a USD 1 bilhão. Perceba-se que a proposta parte de uma constatação impactante: se temos, hoje, 8 bilhões de pessoas no mundo, apenas 3 mil seriam afetadas pelo novo tributo. E isso diante de um potencial arrecadatário de USD 200 bilhões ao ano.

**Vamos pensar no caso do Brasil.** Por trás da nossa alta desigualdade, destaca-se um fator preponderante: a composição do Sistema Tributário nacional. Mais regressivo, o imposto sobre bens e serviços gerais ultrapassa 12% do PIB em nosso país\*, enquanto é de 6,2% na média da OCDE. Por outro lado, o Imposto sobre a Renda dos indivíduos é de 3% do PIB no Brasil, enquanto chega a 9,1% na OCDE. Da mesma forma, a tributação sobre a propriedade chega a 2,4% do PIB na OCDE, enquanto fica em 1,5% no Brasil.

**O resultado dessa distorção** é um Sistema Tributário que, ao contrário da média da OCDE, alavanca a desigualdade, ao invés de mitigá-la. Ainda que a Reforma Tributária do IVA em vias de ser implementada simplifique o Sistema, a transformação de um Sistema Tributário regressivo para um progressivo passará, necessariamente, por um aumento da tributação sobre a renda e o patrimônio que permita uma redução da futura alíquota do IVA - atualmente

prevista em 26,5%.

**Considerando todos esses aspectos** da conjuntura nacional, bem como a enorme necessidade de ações globais, a proposta de tributação dos bilionários no G20 ganha relevância, ao mesmo tempo que levanta questões. A primeira diz respeito a como evitar a elisão fiscal. Para isso, é necessário que o tributo tenha coordenação global, se tornando o terceiro pilar da Reforma Tributária global em andamento no âmbito da OCDE. Além disso, residentes de determinado país seguiriam sendo taxados por um período adicional, mesmo que decidam sair do país onde construíram suas fortunas.

**Outra questão importante** é definir como seria gerido o fundo a ser recolhido pelo tributo e a quem seria destinado. Se, de um lado, a nova taxação permitiria a redução de tributos mais regressivos, de outro geraria recursos a serem direcionados para a mitigação de problemas econômicos estruturais. Para realizar essa prioridade, um amplo processo de diálogo com a sociedade civil global deveria ser construído. Da mesma forma, a partir do momento em que o avanço da proposta se tornar mais concreto, será importante que a destinação a ser dada pelo governo brasileiro seja claramente definida. A adaptação à crise climática e o combate à fome, por exemplo, estariam entre possíveis destinações.

Reconhecendo a importância de medidas fiscais progressivas e cooperativas para promover a justiça social e econômica em escala internacional, e sem prejuízo sobre ações de combate às desigualdades com impactos mais imediatos, a **Comissão de Assuntos Econômicos manifesta seu firme apoio ao avanço da proposta de taxação dos bilionários no âmbito do G20. Notamos, ainda, a importância de que a presidência brasileira do G20** construa um ambiente de continuidade para esse debate, que deverá ser fortalecido para a presidência da África do Sul, em 2025.

**Por uma economia global mais inclusiva e sustentável, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou essa moção por consenso dos presentes em sua reunião de 08/05/2024.**

\*Carvalho Junior, 2022 - "O sistema Tributário dos países da OCDE e as principais recomendações da entidade: fornecendo parâmetros para a Reforma Tributária no Brasil", em nota técnica do IPEA.



## Ficha Técnica da Comissão de Assuntos Econômicos

### Conselheiros inscritos:

129

### Grupo coordenador:

12 conselheiros - Adilson Araújo; André Passos; Carlos Luque; Claudio Loureiro; Cláudio Medeiros; Dirlene Silva; Emerson Kapaz; Gino Paulucci; Joseph Couri; Marcel Fukayama; Rodrigo Navarro; e Sergio Zimmerman

### Equipe CDESS:

Adriano Laureno, Marco Brancher e Marcos Souza

### Data da instalação:

3 de julho de 2023

### Ministros presentes na reunião de instalação:

**Alexandre Padilha**, ministro da Secretaria de Relações Institucionais; **Guilherme Melo**, secretário de Política Econômica, e **Bernard Appy**, secretário extraordinário da Reforma Tributária, ambos do Ministério da Fazenda, representando o ministro **Fernando Haddad**.

### Ministérios e entidades envolvidos:

Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

### Principais políticas e programas analisados:

Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), Pacto Brasil Pela Integridade Empresarial, proposta de taxação dos super-ricos em discussão no âmbito do G20, Programa Aprender Valor, Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (FDD/MJSP).

### Eventos e ações realizados:

Movimento pela Integridade Empresarial; I Foro Internacional Antifraude; 11ª edição da Semana Nacional de Educação Financeira; e 1º Seminário Internacional "O Mercado de Certificados de Captura e Emissão de Gases de Efeito Estufa".

### Grupo de Trabalho Relacionados:

Transição Energética e Crédito e Investimento.